



Na África do Sul para o G20, presidente foi avisado da prisão de Bolsonaro por telefonema do diretor da PF. Nos bastidores, o Planalto pediu que ministros não comemorassem

Governo Lula assume postura de “normalidade”

» FERNANDA STRICKLAND

Orientação no Palácio do Planalto após a prisão preventiva do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) é clara: nada de comemorações, exaltações ou gestos que possam sugerir exploração política. O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinou que a detenção preventiva do ex-chefe do Executivo deve ser tratada como um fato judicial, seguindo ritos institucionais, sem demonstrações públicas de triunfo.

Segundo interlocutores do governo, o recado foi transmitido a ministros, assessores e servidores. A palavra de ordem é neutralidade. “Ninguém, nem servidores, nem ministros. Eles podem se manifestar, mas de maneira neutra, dando o fato, sem comemorar a prisão”, disse uma fonte do Planalto. A estratégia, afirmam auxiliares, busca reduzir a repercussão do caso ou contribuir para que Bolsonaro “se torne cada vez mais irrelevante no debate público”.

A comunicação do governo, quando houver, seguirá um padrão mínimo: reforçar a independência entre os Poderes e destacar que o Planalto não interfere nas decisões do Supremo Tribunal Federal (STF). Nos bastidores, a avaliação é de que qualquer

Fotos: Reprodução



Ministra usa tom mais comedido e enaltece STF, enquanto líder do PT na Câmara celebra: “Grande dia”

sinal fora desse alinhamento poderia ser interpretado como tentativa de capitalização política — algo que Lula quer evitar.

Na Cúpula do G20, em Johannesburg, o presidente não se manifestou. Quando Bolsonaro foi preso, por volta das 6h (horário de Brasília), Lula fazia o seu primeiro discurso do dia no evento na África do Sul. O diretor da Polícia

Federal, Andrei Rodrigues, teria telefonado para o petista para informar sobre a prisão.

A ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, adotou tom institucional ao comentar a prisão. Segundo ela, a decisão “segue rigorosamente os ritos do devido processo legal” e está fundamentada no risco de fuga e no histórico de



tensões entre Bolsonaro e o Judiciário. “Na democracia, a Justiça se cumpre”, afirmou.

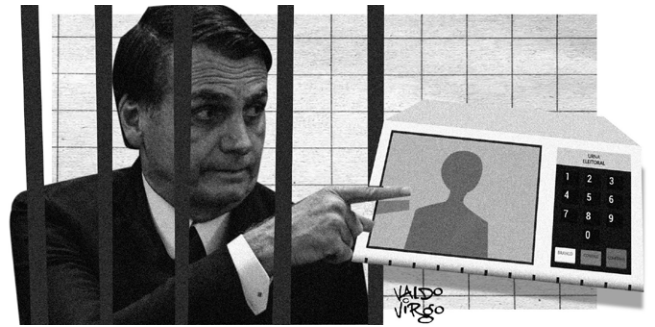
Além da ex-presidente do PT, nomes como o do secretário-geral da Presidência, Guilherme Boulos; o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu; e o líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), foram as redes sociais para defender a decisão do ministro Alexandre de Moraes.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Prisão não anula Bolsonaro na escolha do candidato de oposição a Lula

A prisão preventiva do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), decretada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, após a convocação de uma vigília por Flávio Bolsonaro, não sela o destino do bolsonarismo nem esvazia seu impacto no pleito de 2026. O movimento político criado por Bolsonaro é maior que sua condição jurídica e, embora enfraquecido, permanece vivo entre milhões de seguidores.

Bolsonaro está sob custódia do Estado, ineleável e condenado a 27 anos e três meses de prisão por tentativa de golpe de Estado, mas continua sendo a principal referência política da direita brasileira, à qual hegemonizou. A prisão reduz seu raio de ação, aumenta sua vulnerabilidade, mas não dispersa de imediato a base eleitoral que construiu nos últimos 10 anos. A “sombra de futuro” do “mito” contingenciará os candidatos de oposição.

Formulado pelo cientista político Robert Axelrod na Teoria dos Jogos, o conceito de “sombra de futuro” foi adotado pelo darwinista Richard Dawkins em O Gene Egoísta (Companhia das Letras), para entender a cooperação entre os seres humanos. Resumidamente, é a percepção que cada jogador tem sobre a duração da cooperação e necessidade de retaliação para sobrevivência. Quanto mais longa se imagina a relação futura entre os atores, maior a tendência à cooperação, à moderação e à construção de confiança. Quanto mais curta, incerta ou ameaçada, maior o impulso para a traição, a ruptura, o comportamento de tudo ou nada.

Axelrod fez simulações matemáticas sobre o sistema “viver e deixar viver” que se desenvolveu espontaneamente nas trincheiras da Primeira Guerra Mundial, quando os soldados ingleses e alemães, por muito tempo frente a frente, criavam acordos tácitos de não agressão; quando a rotação mudava ou o comando endurecia, o pacto se rompia, para se restabelecer logo depois. Dawkins utiliza essa ideia para demonstrar como estratégias de cooperação entre adversários podem evoluir em razão da “sombra de futuro”.

Até ontem, a oposição vivia um cenário de “viver e deixar viver” ao redor de Bolsonaro. Ele estava ineleável, mas solto; condenado, mas ativo politicamente; acado judicialmente, mas ainda comandante da oposição. Havia um equilíbrio político instável: o STF, sobretudo na figura de Moraes, impunha limites e sanções; Bolsonaro testava essas linhas com discursos, postagens indiretas, mobilização de aliados e ameaças veladas; o Congresso manejava pautas de segurança pública e anistia; governadores de direita se projetavam nacionalmente surfando na agenda da ordem.

À sombra de Bolsonaro

Dono do maior ativo eleitoral da oposição, Bolsonaro segue capaz de arbitrar candidaturas, de transferir votos e de, eventualmente, caso um aliado chegue ao poder, ser beneficiado por uma anistia aprovada por um Congresso conservador ou por um futuro indulto presidencial. Essa hipótese — de que o líder permanece no jogo, ainda que em posição defensiva — funciona como um estabilizador da própria direita: ninguém rompe com Bolsonaro, ninguém se proclamava herdeiro sem sua bênção, todos esperam um gesto do líder.

Ronaldo Caiado (União), governador de Goiás; Romeu Zema (Novo), de Minas; Ratinho Junior (PSD), do Paraná; e Eduardo Leite (PSD), Rio Grande do Sul, aguardam uma definição de Bolsonaro. Corre por fora, Ciro Gomes (PSDB). Único potencialmente capaz de unificar toda a oposição, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), é uma esfinge: “decifra-me ou te devoro!”. Sem apoio formal de Bolsonaro, o governador paulista não será candidato à Presidência; sua “sombra de futuro” é muito maior. Pode se reeleger ao Palácio dos Bandeirantes e aguardar 2030 à frente do poderoso governo paulista para disputar a Presidência.

A prisão preventiva de Bolsonaro encurta tudo. Na lógica de Axelrod, quando a duração é menor, o tempo torna mais difícil sustentar a cooperação. Governadores, parlamentares, lideranças evangélicas e empresários aliados passam a se perguntar se vale a pena seguir postergando decisões estratégicas. É nesse contexto que a figura de Tarcísio de Freitas ganha centralidade. Entretanto, a “sombra de futuro” de Tarcísio, caso eventualmente chegue ao Poder, frustrará as ambições do clã Bolsonaro, possivelmente, até 2034.

Esse tempo é suficiente para que o capital eleitoral do ex-presidente se disperse entre as demais lideranças de oposição. Por essa razão, o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, não esconde o desejo de que a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro seja candidata. Os filhos Eduardo Bolsonaro, (PL-SP) deputado federal que se autoexilou nos Estados Unidos, e Carlos Bolsonaro, que deve se candidatar ao Senado em Santa Catarina, preferem o nome do irmão mais velho, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

Tarcísio é prisioneiro da “sombra de futuro” de Bolsonaro: uma coisa é ser apresentado como sucessor; outra é parecer alguém que aproveita a fragilidade do chefe para atalhar o poder. Colateralmente, a eventual candidatura de Tarcísio à Presidência embaralha o cenário eleitoral em São Paulo: primeiro, o vice-presidente Geraldo Alckmin reaparece como favorito na disputa pelo Palácio dos Bandeirantes; segundo, instala-se uma disputa pelo espólio bolsonarista entre o influenciador Pablo Marçal; o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB); e o deputado Guilherme Derrite (Progressistas), que reassumiu a secretaria de Segurança de São Paulo.



Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal



Brasília-DF, 23/11/2025

Informativo do mercado imobiliário

Salão do Imóvel ADEMI BRB aproxima comprador do sonho da casa própria

Leonardo Ávila
Vice-presidente administrativo e financeiro da ADEMI DF

A aquisição de um imóvel mobiliza o sonho das pessoas, seja para morar, seja para consolidar uma poupança segura. Oferecer imóveis de qualidade e regulares, aglutinando as mais importantes empresas do setor e condições especiais, com foco nos diversos perfis de comprador: tudo isso no mesmo lugar. Essas são as premissas do Salão do Imóvel ADEMI BRB, iniciativa da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário (ADEMI DF), que volta ao calendário anual do Distrito Federal nesse 2025.

Aberto no dia 20 de novembro, na Ala Sul do Centro de Convenções Ulysses Guimarães, o evento tem parceria com o Banco de Brasília (BRB), conta com o

apoio da Concrecon e da Mundial Atacadista; e tem o DF Imóveis como parceiro de mídia, em conjunto com Correio Braziliense, TV Brasília, CB.D00H e Clube FM.

Empresas associadas à ADEMI DF colocaram à disposição mais de três mil unidades em diversas regiões administrativas e no Plano Piloto de Brasília: oportunidades excelentes, corretores qualificados e atendimento de alto nível. Tudo pensado para que o comprador pudesse fechar negócio com segurança e conforto. O evento presencial será encerrado nesse domingo, às 18h, com sucesso de público, reforçando a missão da entidade de aproximar empreendedor e consumidor.



SCIA Quadra 11, Conjunto 2, Lote B – Guará – Brasília/DF – Fone: (61) 3328-7597
E-mail: ademidf@ademidf.com.br
Acompanhe: www.ademidf.com.br | @ademidf